



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Capão do Leão
Procuradoria Geral do Município

Parecer nº 079/2024

Ref.: Edital Pregão Registro de Preços

Interessado: Secretaria Municipal de Finanças

Origem: PGM

Destino: Secretaria Municipal de Finanças - Compras

Ementa: Pregão para Registro de Preços para futura e eventual Contratação de EMPRESA JORNALÍSTICA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO. Modalidade de Pregão Eletrônico regulamentado pela União. Possibilidade de utilização pelo Município. Decreto Federal 10.024/2019. Viabilidade.

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO.

Trata-se de expediente administrativo encaminhado pelo Setor de Compras, solicitando parecer para análise do edital de pregão eletrônico para registro de preços, tendo como objeto a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO.**

O requerimento veio acompanhado do referido edital, anexos e processo administrativo de planejamento de licitação, tendo o Secretário informado que não possui interesse de abrir a participação de outros órgãos no Registro de Preços, utilizando-se da faculdade que lhe confere o §1º do Art. 86, Lei 14.133/2021 e Memorando Circular nº 05/2023 desta Procuradoria, bem como indicando que não possui interesse que outros órgãos ou

entidades venham a Aderir a Ata de Registro de Preços, utilizando-se da faculdade que lhe confere o Memorando Circular nº 01/2024 desta Procuradoria.

Vistos, passo à análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio dos textos de editais, de minutas de contratos e de seus anexos, quando for o caso.

A função da Consultoria Jurídica é apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Dessa forma, presume-se que o estudo técnico contido no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento de seu objeto, suas características e requisitos, tenham sido regularmente determinados pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Passo a análise quanto ao procedimento do pregão eletrônico.

Primeiramente, cumpre ressaltar que o Setor de Compras deverá seguir a minuta de edital padronizado, conforme Decreto Federal 10.024/2019 obrigatoriamente para os processos licitatórios com a utilização de recursos a serem transferidos pela União e, subsidiariamente ao Decreto Municipal nº 095/2005 nos pregões eletrônicos e à Lei Federal 14.133/21.

Assim, verifica-se que o edital contém os requisitos exigidos pela norma regulamentadora.

a) Do objeto da licitação

No que tange ao objeto do presente edital, trata-se de pregão eletrônico para registro de preços tendo como objeto futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**

JORNALÍSTICA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO, pelo que se enquadra no disposto no art. 1º do Decreto Federal nº 10.024/2019, sendo adequada a realização de pregão eletrônico, ademais, a previsão da realização de pregão para registro de preços encontra amparo no Art. 6º, inciso XLV da Lei 14.133/2021.

b) Do planejamento da licitação

O presente processo contém os documentos especificados no art. 8º, incisos I a VIII, do Decreto 10.024/2019 em relação ao planejamento do pregão eletrônico.

Ademais acompanha o referido processo licitatório o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Pesquisas Públicas de Contratações do mesmo objeto pela Administração Pública que embasaram o valor estimado da contratação, bem como a Minuta da Ata de Registro de Preços.

Restou devidamente justificado que para a composição do valor estimado foram utilizados apenas 02 preços, pois quando procedidas demais pesquisas, ocasionou na elevação excessiva dos valores de referência, ocasionando prejuízos ao princípio da economicidade, utilizando-se assim a secretaria, do disposto no Art. 6º, §5º da IN 65/2021.

III – CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, concluo pela adequação jurídica do procedimento administrativo ora realizado, estando preenchidos os requisitos legais e regulamentares pela minuta do instrumento convocatório e anexos.

Encaminho ao Departamento de Compras para prosseguimento da licitação nos moldes do Decreto Federal nº 10.024/2019.

Eis o parecer, cujo caráter é meramente consultivo e estritamente jurídico, não tendo o condão de emitir juízo de conveniência e oportunidade quando da contratação, que submeto à apreciação eminente.

Capão do Leão, 04 de abril de 2024.

Patrícia Maia Froner
Assessora Jurídica